

**XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU**

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

**CRISES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E COOPERAÇÃO
UNIVERSIDADE/SETOR PRODUTIVO****DOUGLAS PAULESKY JULIANI**

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

douglas.juliani@ifsc.edu.br**GILMAR STIPP**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

gilmar.stipp@ufsc.br**NILO OTANI**

IFSC - INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC)

nilo.otani@ifsc.edu.br**RESUMO**

O presente trabalho discute algumas mudanças na universidade pública causadas pelo modelo neoliberal. Esse modelo busca aplicar às instituições públicas a lógica de produtividade e eficiência de empresas privadas. A cooperação entre a universidade e o setor produtivo é defendida como uma forma da universidade apresentar uma atuação mais direta para desenvolvimento social, e criticada por aqueles que entendem que esta não é uma função da universidade. É objetivo deste artigo discutir as crises que a universidade pública brasileira enfrenta a partir das mudanças trazidas pelo modelo neoliberal, e entender a motivação do processo de cooperação entre universidade e setor produtivo. Para responder essas questões, utiliza-se pesquisa bibliográfica em livros, teses e artigos. Percebe-se que a cooperação é um tema relevante e que deve ser debatido, pois ainda não há um consenso. Dada a diminuição das verbas destinadas às universidades públicas, a cooperação é percebida como uma fonte de incremento de orçamento; de outra forma é vista como mercantilização da educação; ou ainda como um processo necessário que legitima a existência de uma instituição mantida com dinheiro público, sendo necessário uma contribuição mais direta à sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: cooperação, universidade pública, setor produtivo.

1 INTRODUÇÃO

Para que se compreenda o momento em que estamos vivendo, é necessário que se analise a concepção histórica de alguns termos que influenciam de maneira significativa o entendimento de mundo e de sociedade; Heidemann (2014) oferece uma importante contribuição ao estudar a concepção de progresso, desenvolvimento e política pública e ajuda-nos a compreender as mudanças pelas quais a sociedade está passando.

No Século XVII nasce o mito do progresso, que percebe o avanço acumulativo e gradual de bens materiais e conhecimento que leva a humanidade de um estado inferior a outro superior. No Século XIX, em um contexto em que o Estado dá liberdade à iniciativa privada, o progresso é associado às forças de economia, e estas são responsáveis e resultantes do crescimento econômico. O liberalismo defende a liberdade individual e conseqüentemente aumento da esfera privada em detrimento do espaço público; porém este sistema se mostra insustentável ao não levar em consideração os aspectos da vida comunal. Com o esgotamento do modelo liberal, entende-se necessária a intervenção do Estado, que diminui a liberdade individual e diminui a importância do mercado autorregulador, e pretende levar a sociedade ao desenvolvimento sustentável apoiado pela ação conjunta do Estado e do mercado (Heidemann, 2014).

Percebe-se que a concepção do que seja progresso e desenvolvimento é determinante para direcionar o rumo da política e o tamanho dos países.

A partir da década de 1980 o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico se potencializa, fazendo com que o Estado diminua sua atuação nas áreas de educação, saúde e previdência por meio de privatização e parcerias público-privada, ampliando dessa forma a exploração comercial dessas áreas (Santos, 2010).

Em relação ao ensino superior no Brasil, Silva (2001) explica que na década de 1960 havia estrangulamento de acesso ao ensino superior, que não poderia ser suprimida somente com investimentos públicos. Desta forma, argumentou-se que a entrada da iniciativa privada no ensino superior iria desonerar o estado dessa formação, diminuir o gargalo de acesso, possibilitando a formação de mais mão de obra; em contrapartida, por ser uma organização privada, a oferta de ensino é subordinada a parâmetros de eficiência e produtividade nos moldes de uma empresa privada.

No tocante ao desinvestimento do Estado na Universidade Pública, uma das alternativas para superar a crise financeira foi a criação de fundações que permitem parcerias com o capital (MORHY, 2004). A presença do capital dentro da universidade pública, operacionalizada pelas parcerias universidade – setor produtivo resulta na diminuição do espaço público (ARENDETT, 2010), e também no direcionamento do rumo das pesquisas, em prol de interesses privados, contribuindo para consolidação as crises de hegemonia e institucional, apontadas por Santos (2010).

Desta forma, a universidade pública está em crise porque novas atribuições são a ela impostas pela política neoliberal, de forma que as políticas educacionais nacionais são aplicadas com vistas a atender recomendações de ajuste econômico impostas pelo Banco Mundial, e não de superar demandas nacionais (TRINDADE, 2003).

O presente artigo tem como objetivo contribuir na discussão das crises que a universidade pública brasileira enfrenta a partir das mudanças trazidas pelo modelo neoliberal, e entender a motivação do processo de cooperação entre universidade e setor produtivo.

Inicialmente algumas hipóteses relativas à cooperação entre universidade e setor produtivo podem ser apontadas: é um processo global decorrente do modelo neoliberal que estimula a mercantilização da educação; a aproximação da universidade com o setor

produtivo é uma demanda da sociedade que entende que é também papel da universidade cooperar com o setor produtivo; a iniciativa do processo de cooperação universidade – setor produtivo nasce dentro da universidade para que haja transmissão de conhecimentos e tecnologias.

Desenvolvimento

Ao se estudar uma organização ou instituição, é necessário que se entenda para que ela serve, qual é sua função, ou melhor, qual sua essência. Neste sentido a essência da universidade é brevemente apresentada.

Conforme aponta Bertolin (2007), na década de 1980 dois documentos importantes indicam as funções da universidade: a Carta Magna das Universidades, assinada em 1988 pelos reitores das universidades europeias, indica que a universidade deve ser lugar de produção, avaliação, análise e distribuição de cultura por meio do ensino e pesquisa, de forma moral e intelectualmente independente do poder econômico e político. De outra forma, o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), indica dez funções principais da universidade:

“educação geral pós-secundária; investigação; fornecimento de mão-de-obra qualificada; educação e treinamento altamente especializados; fortalecimento da competitividade da economia; mecanismo de seleção para empregos de alto nível através da credencialização; mobilidade social para os filhos e filhas das família operárias; prestação de serviços à região e à comunidade local; paradigmas de aplicação de políticas nacionais; preparação para os papéis de liderança social” (OCDE¹, 1987 apud SANTOS, 1989, p.13).

É marcante a contradição entre estes dois documentos em relação aos indicativos do papel das universidades. A Carta magna indica um caráter de universidade enquanto organização, de outra forma o relatório da OCDE, um organismo pautado em moldes capitalista traz à universidade uma multiplicidade de papéis contraditórios.

Wanderley (1983) define o que é universidade em diversos contextos: de autonomia condicionada pelos Estados socialistas; como lugar destinado à criação e divulgação do saber; como aparelho ideológico para a formação social capitalista ou ainda àqueles que acreditam na educação com suficiente para mudanças sociais tão necessárias em algumas sociedades. O autor ressalva que “há um consenso unânime no sentido de conferir à universidade a função de produzir e difundir conhecimentos” (WANDERLEY, 1983, p.29), mas quais são esses conhecimentos produzidos? O autor responde chamando a atenção de que de uma forma macro, a cultura dos países dominantes atravessa a dos países dependentes, e se é a sociedade que define o que é universidade, esta está condicionada a estudar, pesquisar e difundir os conhecimentos direcionados por aqueles. Desta forma, as universidades estão se tornando cada vez mais tecnocráticas, valorizando a análise quantitativa, e deixando de pensar e resolver os problemas locais.

Há uma contradição na concepção de universidade que por uma lógica tem o papel de produzir e difundir conhecimentos, e por outro que relega a universidade a função de reproduzir as condições para manter o subdesenvolvimento.

Freire (1983) critica as sociedades de economia periféricas dependentes, que cada vez mais importam modelos e técnicas de países dominantes. Desta forma, não há nas sociedades periféricas um comprometimento autêntico em solucionar seus

¹ OCDE, 1987, *Universities under scrutiny*. Paris.

problemas, pois a importação das soluções não corresponde sua realidade: essas sociedades se tornam alienadas.

Esta tendência pode ser observada ao se verificar que a pesquisa, com intuito de produzir novos saberes, realizada nas universidades inicialmente de uma forma desinteressada e desvinculada de intenções econômicas é, com o passar do tempo complementada (ou substituída?) pela pesquisa aplicada, que busca uma aplicação prática e até vendável ao mercado. No caso brasileiro, Wanderley (1983) também percebe dificuldade na integração entre ensino e pesquisa porque há ênfase na formação profissional em detrimento das atividades de pesquisa.

É certo que a universidade é algo em movimento, em constante mudança, e o que a define é a sociedade na qual se encontra inserida, ou melhor, a universidade é um reflexo da sociedade (CHAUÍ, 2003). Essa sociedade é composta de diversos grupos, e cada um deles defende sua visão de universidade: alguns defendem que a universidade deva atender aos interesses dos estudantes, outros às demandas da sociedade civil, e outros ainda aos interesses do Governo (BERTOLIN, 2007).

Santos (2010) aponta três crises que a Universidade sofre: crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional. A crise da hegemonia surge quando a Universidade, que tradicionalmente se ocupou de conhecimentos científicos e humanísticos à formação de elites, se vê forçada pelas forças econômicas capitalista vigentes a produzir conhecimentos instrumentais destinados a formar mão de obra capacitada. Quando a Universidade não está preparada para essa função contraditória, ou melhor, quando não tenha como objetivo produzir conhecimentos instrumentais, não atende às necessidades do mercado capitalista, este encontra outros meios para capacitar pessoas. Com a conivência do Estado o mercado cria outras instituições de ensino superior para atender suas demandas (SANTOS, 2010).

A crise de legitimidade diz respeito às reais contribuições, ou retornos sociais que a Universidade proporciona à população, bem como igualdade na oportunidade de acesso, independente da classe social que um indivíduo pertença (SANTOS, 2010). Esta crise se instala quando a população questiona os benefícios que a universidade proporciona a população, frente aos recursos que são gastos; bem como questiona-se o acesso restrito às classes sociais mais abastadas na universidade.

A crise institucional é provocada também pelas forças de mercado que exigem da Universidade a eficácia e a produtividade medidas pela ótica mercadológica, que se choca com os objetivos fins da Universidade (SANTOS, 2010). Neste sentido, Bauman (2010) analisa a sociedade do Século XXI como uma sociedade de consumidores, e a tendência da educação em ser tratada com um produto no qual os conhecimentos possam ser apropriados e não construídos, descartados e não mantidos e acumulados; um conhecimento pronto para utilização.

Se a universidade é reflexo da sociedade na qual está inserida, Bauman (2005) contribui para entendermos a sociedade, e conseqüentemente a universidade. Para este autor, a sociedade moderna, e as relações nela produzidas são líquidas, em contraponto à ideia de sólidas e imutáveis, mas antes maleáveis, adaptáveis, flexíveis e até fugazes.

Bauman (2005) trabalha com os conceitos de identidade e pertencimento para compreender as relações sociais, e conseqüentemente qual rumo estão tomando a humanidade e as instituições sociais. Neste sentido, faz-se importante pensar na identidade e pertencimento da comunidade universitária frente às mudanças sofridas pela universidade brasileira, a saber, estudantes universitários e funcionários.

A identidade também é um processo historicamente construído, seja a identidade de uma pessoa, ou a identidade de uma instituição; dessa forma, as crises que a universidade pública vem sofrendo refletem em crises de identidade: as novas

atribuições impostas à universidade provocam rupturas e mudanças de identidade, e a comunidade universitária precisa se adaptar para continuar fazendo parte desta instituição, deve procurar novas formas de cultivar o sentimento de pertencimento e acolhimento dentro da instituição universidade que está sendo direcionada à lógica de uma organização privada.

Wanderley (1983) aponta quatro mudanças referentes aos professores universitários: sua admissão nos quadros docentes, sua carreira, a relação entre educar e ensinar e conscientização e organização.

A admissão de professores se altera com o passar do tempo: era realizada pela escolha de estudantes universitários que se destacavam, depois pela admissão por empreguismo e atualmente pelo sistema de concurso, porém há indícios de que esta função possa ser exercida por terceirização, prática amplamente difundida em alguns cargos de servidores de Universidades. Bauman (2005) chama a atenção de que fazer parte de uma identidade traz sentimento de segurança, e a segurança de sentir-se pertencente a uma classe, neste caso servidores públicos, está sendo minada pela flexibilização das relações trabalhistas. Os critérios de avaliação de produtividades quantitativos, que impactam na carreira docente leva este a valorizar publicações e citações, sem considerar a qualidade destes trabalhos e as externalidades positivas para a sociedade. A relação entre ensinar e educar também deve ser entendida pelas relações de consumismo e imediatismo (BAUMAN, 2005), que desta forma está transformando a relação “professor/aluno, especialista/cliente (...) quebram-se os laços de solidariedade, de igualdade, de altruísmo entre as pessoas, eliminando os elementos que fazem vivenciar uma autêntica comunidade” (WANDERLEY, 1983, p. 53).

Wanderley (1983) apresenta um retrospecto histórico em relação ao ingresso de estudantes nas Universidades, que geralmente apresenta um caráter seletivo. No caso Brasileiro a forma de ingresso ocorria por um “exame de admissão” que originou o vestibular. Historicamente quem ingressava nas Universidades eram os jovens das classes sociais mais altas, que ao estarem melhor preparadas, “monopolizavam” o conhecimento ao longo do tempo. Seja por pressões sociais, ou por poder político, houve a criação de cotas, garantindo que pessoas pertencentes a outras classes, diferentes da elite econômica branca, ingresse nas Universidades através do vestibular. Esta mudança impactou na identidade dos estudantes universitários, pois estes agora precisam conviver com a presença de pessoas de diversas identidades (do negro, do índio, de pessoas de outras classes sociais), havendo necessidade de criar uma nova identidade enquanto estudantes universitários.

Há modificações também em relação aos servidores técnicos administrativos das Universidades dentro do contexto das terceirizações. A terceirização é um claro exemplo do que Bauman (2005) fala sobre diminuição do sentimento de grupo, no sentido de que a flexibilização trabalhista enfraquece a luta de classe dos trabalhadores das universidades, pois os terceirizados não pertencem à classe de servidores, não partilham a identidade e nem mesmo são consideradas “pessoas” dentro das Universidades, pois esta contrata serviços, e não pessoas. Essa “desumanização” dos funcionários das universidades gera falta de compromisso, alienação e insegurança (FREIRE, 1983) comprometendo tanto o bom funcionamento da Universidade quanto o bem estar do trabalhador.

Desta forma, podemos observar que as mudanças que a universidade sofre configuram uma nova relação de trabalho, transformando a identidade tanto de professores, servidores, quanto dos alunos, para relações que acontece em organizações que buscam a produtividade e eficiência pela ótica do capital.

A discussão acerca da cooperação entre a universidade/empresa é controversa. Há aqueles que de um lado defendem uma universidade contemplativa, onde não seriam desenvolvidas pesquisas e tecnologias, e em outro extremo, aqueles que defendem instalação de empresas dentro ou próximas do *campus*. Entre estes dois extremos, há diversos gradientes de níveis de cooperação. Entre aqueles que negam a cooperação está o receio de que a universidade perca sua liberdade, sua autonomia; que o processo de cooperação possa levar a universidade a perder gradativamente seu caráter público (MELO; SILVEIRA, 2000).

De outra forma, Calderón (2004), aceita a existência de universidades com diferentes perfis, negando que a universidade brasileira deva ser somente pública, gratuita e de pesquisa. Questiona a essência da universidade enquanto produtora de conhecimentos, e sua indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; afirma que a essência da universidade, dada a demanda do mercado, é formar mão recursos humanos, haja vista que as pessoas procuram as universidades porque querem ser treinadas e capacitadas. Sugere que as universidades devam se especializar em áreas, sendo que algumas poucas universidades devam fazer pesquisa, enquanto outras devam focar no ensino. Desta forma, a reforma necessária para vencer as crises da universidade, seria a implantação da universidade mercantil – uma empresa voltada para formação e capacitação de recursos humanos, porém flexível, podendo realizar outras atividades, como pesquisa, de acordo com sua vocação.

A parceria entre a universidade e o setor produtivo ocorre num primeiro momento pela formação de profissionais que ocupam os mais diversos cargos nas empresas. Da mesma forma, o sistema público de pesquisa, fruto da pós-graduação, é o principal responsável pelo desenvolvimento da produção científico-tecnológica. A cooperação entre universidade e setor produtivo não significa a subordinação da Universidade aos interesses empresariais, mas sim a aproximação de ambas em proveito do social (MARCOVITCH, 1999).

Santos (2010) salienta que a reforma universitária, ao tratar da relação entre universidade/empresa, deva ser tratada sem que se perca a noção de universidade como bem público. Dessa forma, a pressão que a falta de financiamento público traz às universidades não deve fazer com que se recorra a privatização de suas funções, deve-se sim haver um equilíbrio entre a pesquisa básica, sem interesses comerciais, e também a pesquisa aplicada, aquela que impacta diretamente na sociedade. Este autor não desacredita a interação da universidade com o meio empresarial, desde que a universidade não se torne dependente dos contratos comerciais, ou que estes sejam fundamentais para a continuidade da universidade.

Para Melo (2002) a universidade é uma importante instituição social, e o conhecimento ali produzido deve contribuir para o benefício da sociedade. Em estudo sobre a cooperação entre a universidade e o setor produtivo, identifica que o processo de cooperação no Brasil é um caminho sem volta, que é visto com bons olhos por parte da comunidade universitária, porém ainda não está completamente institucionalizado. É um processo que pode trazer benefícios para ambas as partes, desde que sejam respeitadas as características da universidade. A pesquisa básica precisa ser desenvolvida, pois é ela que dá suporte à pesquisa aplicada; não cabe à universidade desenvolver tecnologias prontas para utilização no setor produtivo.

Chauí (2003), ao discorrer sobre as mudanças da universidade pública, diferencia universidade enquanto instituição social e enquanto organização social e vai ao encontro de Wanderley (1983) ao analisar que um dos fatores que tornam a Universidade uma organização é que a pesquisa realizada nesta é de cunho mercadológico. A autora esclarece que a pesquisa realizada nas universidades fragmenta

a realidade e os problemas a fim de tornar o resultado da pesquisa em instrumento destinado à apropriação privada. Freire (1983) também percebe essa fragmentação da realidade e defende que o homem deve conceber a realidade no qual está inserido como uma totalidade em permanente interação, neste sentido é infrutífero tentar fragmentar os problemas sociais e atuar sobre partes isoladas.

Esta característica de fragmentação da realidade é decorrente da visão positivista de ciência, que perdura até os dias de hoje. Com o advento da ciência moderna, os cientistas compartimentalizaram e isolaram o objeto de estudo, especializaram-se em áreas específicas, deixando de lado uma visão holística e sistêmica (BOFF, 2014).

Chauí (1999) também percebe a mudança da instituição universitária clássica, voltada ao conhecimento, para universidade enquanto organização, voltada aos interesses do mercado. Numa primeira fase a universidade apresenta caráter funcional; na segunda, operacional. Na universidade funcional seus currículos estão voltados a formar mão de obra qualificada a fim de atender uma exigência do mercado de trabalho; na universidade operacional, ela está voltada para si mesma, avaliada por índices de produtividade, medindo não a qualidade, mas sim o quanto foi produzido, desconectada da formação intelectual.

No contexto da universidade operacional, a pesquisa se torna intervenção e controle de antigos problemas fragmentados, dado o movimento constante de especialização dos pesquisadores, e essas pesquisas são avaliadas na relação custo-benefício, e não nos impactos sociais (CHAUI, 1999).

Chauí (2003), de maneira prescritiva, aponta algumas mudanças necessárias para que a universidade brasileira cumpra seu papel enquanto instituição: o governo deve tratar a educação como investimento; deve-se evitar que as universidades públicas sejam privatizadas, ou seja, evitar a privatização do conhecimento, garantindo o acesso das classes populares; garantir com que a universidade tenha autonomia institucional, intelectual, da gestão financeira e também autonomia de definir suas linhas de pesquisa ao invés de serem definidas pelas agências financiadoras; democratizar, e não massificar a educação superior; dar o devido valor à docência no sentido de melhorar as condições materiais de trabalho; garantir um salário justo que possibilite a dedicação exclusiva ao ensino e pesquisa; e revalorizar a pesquisa.

A revalorização da pesquisa refere-se a diversos sentidos: deve ser realizada com financiamento públicos, garantindo os meios materiais para realizá-la, devem ser direcionadas a atender as demandas regionais na qual a universidade está inserida, mas também levando em conta as diretrizes nacionais de pesquisa, sem “importar” modelos de pesquisa de países dominantes; a universidade deve realizar consulta aos movimentos sociais, e prestar contas de suas atividades (CHAUI, 2003).

Silva (2001) defende que a Universidade pública deve ser resguardada dos interesses do mercado porque esse distanciamento e liberdade de pesquisa fazem com que se pesquise temas mais amplos que podem vir a contribuir para o desenvolvimento social, em detrimento da subordinação direta aos interesses do mercado, que faz com que as pesquisas sejam direcionadas, visando interesses puramente econômicos e particulares.

3 CONCLUSÃO

Conforme aponta Chauí (2003), as Universidades são instituições diferenciadas, estruturadas por normas e regras com reconhecimento e legitimidades internos, dessa forma, ela não pode estar sujeita aos interesses de mercado. Porém, a reforma do estado brasileiro caracterizou a educação como um serviço que pode ser privado ou

privatizado, possibilitando com que Universidades se tornam organizações, e dessa forma, norteadas pelas ideias de eficácia, deixa de lado as questões de reflexão da sua própria existência, alienando-se.

É de extrema importância que se pense o que a sociedade espera da Universidade, ou melhor, o que a sociedade projeta como função de universidade, já que esta é um reflexo daquela. A tendência é de que as fundações estejam mais presentes das universidades, que parcerias, cooperações e interações entre a Universidade e o setor produtivo sejam cada vez mais fortalecidas. Porém, até que ponto esses mecanismos de transferência devem ser encorajados dentro da realidade brasileira? Até que ponto as experiências positivas de transferência de tecnologias que ocorrem em países desenvolvidos são adequados para nossa realidade? O fato é que não devemos simplesmente incorporar e aceitar os modelos internacionais sem que haja reflexão.

É interessante perceber que apesar de haver quem defenda e quem negue a transferência de tecnologia entre a universidade e o setor produtivo, há algo maior em questão: política e mercado. A necessidade que a universidade enfrenta em se adaptar as novas demandas e perspectivas sem perder sua essência.

A maior cooperação entre a universidade e o setor produtivo resultante de fatores conjunturais impostos pelo modelo neoliberal, ou seja, é uma nova função a qual a universidade tenta se adaptar, tanto que há intenso debate em torno deste tema.

O neoliberalismo impõe certas regras que devem ser obedecidas pelos governos, principalmente pelos governos dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, com a promessa de que este é o caminho para que se alcance o desenvolvimento; para que esses países não sofram sanções econômicas e políticas, e o Brasil é um dos muitos países que incorporaram as imposições.

Pergunto-me qual será o futuro daquelas universidades públicas que não aderirem às parcerias com o setor privado, tendo em vista a perspectiva de cada vez menor de investimentos por parte do governo, a ponto de comprometer o orçamento destas instituições, e a crescente cobrança da sociedade por uma atuação mais presente da universidade.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. Os domínios público e privado. In: ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2010. p.26-96.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERTOLIN, Julio César Godoy. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização - período 1994-2003**. 2007. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10339/000593863.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 jul. 2015.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 52 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

- CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Repensando o papel da universidade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 44, n. 2, p.104-108, abr-jun, 2004. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902004000200011.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2015.
- CHAUI, Marilena. A universidade operacional. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, Sp, v. 4, n. 3, p.3-8, 1999. Disponível em: <[http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path;\[\]=1063](http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=avaliacao&page=article&op=view&path;[]=1063)>. Acesso em: 07 jul. 2015.
- CHAUI, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p.5-15, set. 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- HEIDEMANN, Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento. Bases epistemológicas e modelo de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p.23-49.
- MARCOVITCH, Jacques. A cooperação da universidade moderna com o setor empresarial. **Revista de administração**, São Paulo, v.34, n.4, p. 13-17, out./dez. 1999.
- MELO, Pedro Antônio de. **A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras**. 2002. 331 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84179/189147.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 jul. 2015
- MELO, Pedro Antônio de; SILVEIRA, Amélia. Autonomia Universitária: concepções e realidades. In: BROTTI, Maria Gorete et al. **A gestão universitária em debate**. Florianópolis: Insular, 2000. Cap. 2. p. 55-83.
- MORHY, Lauro. Brasil – universidade e educação superior. In: MORHY, Lauro (org.). **Universidade no mundo – universidade em questão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 25-60.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 27-28, p.11-62, jun. 1989. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS_27-28.PDF>. Acesso em: 20 jul. 2015.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 42, p.295-304, 2001. FapUNIFESP (SciELO).

DOI: 10.1590/s0103-40142001000200015. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a15.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

TRINDADE, Hélió. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. In: **Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?. La cosmética del poder financiero**. Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003. p. 161-180. Disponível em:
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101109021739/9trindade.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.